



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Edmilson Rodrigues)

Requer ao Ministro de Estado Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, acerca da redução do capital da União na Eletrobras.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I; 116, inciso I, e 226, inciso II, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, pedido de informação sobre a redução da participação da União no capital da Eletrobras, doravante designado de privatização, nos seguintes termos:

1) Quais as razões discricionárias de governo, relatórios e estudos técnicos que justificam a privatização da Eletrobrás?

1.1) A privatização da Eletrobrás visa possibilitar a incorporação da flexibilização tarifária estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e a consequente alteração de minuta do contrato de concessão pelo Ministério de Minas e Energia – MME?

1.2) Qual a garantia de que não haverá alta de preços para os consumidores como decorrência da privatização da Eletrobras, assim como que haverá investimentos no setor elétrico?

1.3) Qual o escopo e destino dos recursos arrecadados com a privatização da Eletrobrás? A privatização da Eletrobras será para atender a crise financeira conjuntural?

2) Considerando que o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, é órgão de assessoramento do Presidente da República para formulação de políticas e diretrizes de energia, com definição de objetivos e competência para o setor de energia elétrica definidos nos arts. 1º e 2º Lei nº 9.478, de 1997, indagamos qual foi a manifestação conclusiva do CNPE sobre a privatização Eletrobras, bem como as correspondentes razões de mérito para tal manifestação?

2.1) Solicitamos que nos encaminhem a ata da reunião específica do Conselho que deliberou sobre o tema objeto desta indagação e os estudos técnicos que embasaram a decisão.

3) Qual a proposta de modelagem serão utilizados para a privatização da Eletrobras? Detalhar os principais pontos dessa proposta.

3.1) A proposta foi apreciada pelo CNPE e aceita pelo Ministro de Estado de Minas e Energia?

3.2) Quais medidas já foram adotadas por esse Ministério visando a privatização da Eletrobrás? A proposta foi encaminhada para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Secretaria-Geral da Presidência da República?

3.3) Nos informem o órgão ou entidade, pública ou privada, responsável pela autoria da proposta. Igualmente, solicitamos o encaminhamento da proposta aqui ventilada.

4) Considerando a competência de fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU atinente a privatizações, inclusive no que tange o acompanhamento dos estágios do processo de desestatização, indagamos o MME sobre o encaminhamento para apreciação do TCU acerca da decisão, dos estudos e da proposta de modelagem que embasaram a decisão de privatizar a Eletrobrás, e qual o acompanhamento, tramitação e informações desse Ministério junto ao TCU?

5) Considerando que a Eletrobrás é formada por centenas de empresas que atuam em todas as três fases da cadeia produtiva do setor de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição), sobretudo, centradas nas Regiões Norte e Nordeste, indagamos sobre quais medidas serão adotadas buscando maior transparência e participação no eventual processo de privatização da Eletrobrás, como por exemplo, a realização de audiências públicas nas capitais dos estados com sedes da empresa? No mesmo sentido, há estudos que analisam os impactos previstos da decisão sobre as empresas e sobre as regiões onde as mesmas atuam como agentes indutores do desenvolvimento regional?

JUSTIFICAÇÃO

O governo anunciou no final do mês de agosto a proposta de diminuição da participação societária da União na Eletrobras. Ou seja, o argumento é o de que a privatização se justifica por trazer maior competitividade e agilidade à empresa. Diz o governo que, assim, a Eletrobrás poderá gerir suas operações sem as amarras impostas às estatais, bem como implementar os requisitos de governança corporativa.

Outra justificativa alegada é que o endividamento chegou a ponto de exigir uma mudança de rota para não comprometer o futuro da empresa. Segundo dados publicados na imprensa, a Eletrobras registrou prejuízos reiterados entre 2012 e 2015 e hoje tem uma dívida de quase R\$ 40 bilhões. A situação financeira de algumas das empresas, especialmente das distribuidoras, seria bastante frágil.

Não concordamos com essa proposta. Acreditamos que a Eletrobras é absolutamente sustentável e de fundamental importância para o País, afinal a estatal não precisaria ser privatizada para ter uma gestão profissional, mais eficiente e para se desvencilhar do sequestro político.

A redução do nível de endividamento e a apresentação de resultados cada vez melhores não dependem de uma privatização, por isso que requeremos explicações sobre essa medida, inclusive para avaliar o grave comprometimento a nossa matriz energética, aos trabalhadores do setor e a toda população brasileira.

Entendemos que o Governo deve fazer uma ampla e irrestrita discussão com a sociedade, consumidores e trabalhadores do setor, tendo por objetivo tornar o Brasil um país que ofereça segurança energética, preserve a soberania nacional, trate de ofertar preço justo à tarifa de energia e democratize a gestão das empresas estatais. Todavia, a privatização da Eletrobras não parece ter sido planejada e sequer bem pensada, pois a motivação principal parece ser cobrir, apenas e tão somente, o déficit público.

Requeremos, portanto, um esclarecimento preciso e minucioso das questões levantadas acima.

Para tanto, estamos encaminhando este requerimento de informação ao Ministério de Minas e Energia.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 27 de setembro de 2017.

EDMILSON RODRIGUES
Deputado PSOL/PA